

BIBLIOLOGIA

INTRODUÇÃO

A palavra “*bíblia*” é derivada do latim, proveniente da palavra grega *biblia* (livros), que diz respeito especificamente aos livros que são reconhecidos como canônicos pela igreja cristã. Originalmente era o nome que se dava à casca de um papiro do século XI a.C. Por volta do II século d.C., os cristãos usavam a palavra para designar seus escritos sagrados.

A Bíblia é um livro singular. Trata-se de um dos livros mais antigo do mundo e, no entanto, ainda é o *bestseller* mundial por excelência. É produto do mundo oriental antigo; moldou, porém, o mundo ocidental moderno. É o livro mais traduzido, mais citado, mais publicado e que mais influência tem exercido em toda a história da humanidade.

A Bíblia, sem sombras de dúvidas deve ser reconhecida como o maior livros de todos os tempos. Sua extraordinária grandeza firma-se nos seguintes fatores:

- Como obra prima literária (histórias, poesias, filosofias e expressões devocionais).
- Por sua posição ética e doutrinária, cristã e judaica.
- Por sua circulação e ação (influenciando fortemente a história das idéias humanas).
- Por sua antiguidade (referencial para inúmeras descobertas arqueológicas).
- Pelo seu grande número de traduções (exerceu grande influência sobre os inúmeros idiomas para as quais foi traduzida).
- Por ter sobrevivido através dos tempos às mais violentas controvérsias.

Os dois testamentos da Bíblia

A Bíblia compõe-se de duas partes principais: o Antigo Testamento e o Novo Testamento. O Antigo Testamento foi escrito pela comunidade judaica, e por ela preservado um milênio ou mais

antes da era de Jesus. O Novo Testamento foi composto pelos discípulos de Jesus ao longo do século I d.C.

Estudiosos cristãos frisaram a unidade existente entre esses dois testamentos da Bíblia sob o aspecto da pessoa de Jesus Cristo, que declarou ser o tema unificador da Bíblia. Agostinho dizia que o Novo Testamento achava-se velado no Antigo Testamento, e o Antigo, revelado no Novo. Outros autores disseram o mesmo em outras palavras: “O Novo Testamento está no Antigo Testamento ocultado, e o Antigo, no Novo revelado”. Assim, Cristo se esconde no Antigo Testamento e é desvendado no Novo. Os crentes anteriores a Cristo olhavam adiante com grande expectativa, ao passo que os crentes de nossos dias vêem a Cristo a concretização dos planos de Deus.

A INSPIRAÇÃO DA BÍBLIA

Assim Paulo escreveu a Timóteo: “*Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça*” (2Tm 3.16). Em outras palavras, o texto sagrado do Antigo Testamento foi “soprado por Deus” (gr. *Theopneustos*), e, por isso, dotado da autoridade divina para o pensamento e para a vida do crente.

O Ensino Bíblico a Respeito da Inspiração

A inspiração é verbal. Independentemente de outras afirmações que possam ser formuladas a respeito da Bíblia, fica bem claro que esse livro reivindica para si mesmo esta qualidade: a inspiração verbal. O texto clássico de 2Tm 3.16 declara que as *grapha*, isto é, os textos é que são inspiradas (Êx 24.4; Is 30.8).

A inspiração é plena. A Bíblia reivindica inspiração divina de todas as suas partes. É inspiração plena, total, absoluta. “*Toda a Escritura é divinamente inspirada...*”. Nenhuma parte das Escrituras deixou de receber total autoridade doutrinária.

A inspiração atribui autoridade. Fica, pois, saliente o fato de que a inspiração concede autoridade indiscutível ao texto ou documento

escrito. Disse Jesus: “... a Escritura não pode ser anulada...” (Jo 10.35). Em numerosas ocasiões o Senhor recorreu à Palavra de Deus escrita, que ele considerava árbitro definitivo em questão de fé e prática. O Senhor recorreu às Escrituras como a autoridade para ele purificar o templo (Mc 11.17), para pôr em cheque a tradição dos fariseus (Mt 15.3,4) e para resolver divergências doutrinárias (Mt 22.29). Até mesmo Satanás foi repreendido por Cristo mediante a autoridade da Palavra escrita de Deus (Mt 4.4,7,10). Jesus contratacou as tentações de Satanás com a Palavra de Deus escrita.

A INSPIRAÇÃO DO ANTIGO TESTAMENTO

O Antigo Testamento vindica para si a inspiração divina, com base no fato de se apresentar perante o povo de Deus e ser por esse povo recebido como pronunciamento profético. Os livros escritos pelos profetas de Deus eram conservados em lugar sagrado. Moisés colocara sua lei na arca de Deus (Dt 10.2). Mais tarde, ela seria mantida no tabernáculo, para ensino das gerações futuras (Dt 6.2). Cada profeta, depois de Moisés, acrescentou seus escritos sagrados à coleção existente. Aliás, o segredo da inspiração do Antigo Testamento está na função profética de seus escritores.

O Antigo Testamento na Qualidade de Texto Profético

O profeta era o porta-voz de Deus. As funções dos profetas ficam esclarecidas nas várias menções que a ele se fazem. O profeta era chamado homem de Deus (1Rs 12.22), o que revela ser ele escolhido por Deus; era chamado servo do Senhor (1Rs 14.18), o que mostra sua ocupação; mensageiro do Senhor (Is 42.19), o que assinala sua missão a serviço de Deus; vidente (1Sm 9.9), o que revela a fonte apocalíptica de sua verdade; homem do Espírito (O 9.7), o que demonstra quem o levava a falar; atalaia (Ez 3.17), o que manifesta sua prontidão em realizar a obra de Deus. Acima de todas as designações, entretanto, sobressai o de “profeta”, ou seja, o porta-voz de Deus.

Em razão do próprio chamado, o profeta era alguém que se sentia como Amós – “*falou o Senhor Deus, quem não profetizará?*” (Am 3.8) – ou como outro profeta, que disse: “... *eu não poderia*

desobedecer à ordem do Senhor meu Deus, para fazer coisa pequena ou grande” (Nm 22.18) assim como Arão havia sido profeta ou porta-voz de Moisés (Êx 7.1), pois deveria falar “*todas as palavras que o Senhor havia dito a Moisés*” (Êx 4.30), assim também os profetas de Deus deveriam falar somente aquilo que o Senhor lhe ordenasse. Assim dissera Deus aos profetas:...” *porei as minhas palavras na sua boca, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar*” (Dt 18.18). Além disso: “*Não acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela...*” (Dt 4.2). Em suma, profeta era aquele que dava, a saber, o que Deus lhe havia revelado.

A Inspiração na Lei de Moisés

De acordo com Êxodo 20.1: “*Então falou Deus todas estas palavras...*”. Essa afirmativa de que Deus falou algo a Moisés se repete dezenas de vezes em Levítico (e.g., 1.1; 8.9; 11.1). O livro de Números registra incontáveis vezes: “*... o Senhor falou a Moisés...*” (e.g., 1.1; 2.1; 4.1). Deuteronômio acrescenta: “*... Moisés falou aos filhos de Israel, conforme a tudo o que o Senhor lhe mandara acerca deles...*” (Dt 1.3).

O resto do Antigo Testamento declara em uníssono que os livros de Moisés foram outorgados pelo próprio Deus. Josué impôs imediatamente os livros da lei ao povo de Israel (Js 1.8). Juízes refere-se aos escritos de Moisés como mandamentos do Senhor (Jz 3.4). Samuel reconheceu que Deus havia nomeado a Moisés líder do povo (1Sm 12.6,8). Nas Crônicas, os registros mosaicos são tidos por “*livro da lei do Senhor, dada pela mão de Moisés*” (2Cr 34.14). Daniel diz que a maldição escrita na lei de Moisés é “*o juramento, que estão escritos na lei de Moisés, servo de Deus [...]. E ele confirmou a sua palavra, que falou contra nós...*” (Dn 9.11,12). Até mesmo em Esdras e em Neemias existe o reconhecimento da lei de Deus dada a Moisés (Ed 6.18; Ne 13.1). O consenso unânime do Antigo Testamento é que os livros de Moisés foram outorgados pelo próprio Deus.

A Inspiração dos Profetas

Também esses vindicam autoridade divina. “*Josué escreveu estas palavras no livro da lei de Deus*” (Js 24.26). Deus falou aos homens em Juízes (Jz 1.1,2; 6.25) e em Samuel (1Sm 3.11), que falou e escreveu a todo Israel (1Sm 4.1; 1Cr 29.29). Os profetas posteriores trazem inúmeras vindicações de inspiração divina. A célebre expressão “assim diz o Senhor”, com que encetam suas mensagens, ocorre centenas de vezes. De Isaías até Malaquias, o leitor é literalmente bombardeado por expressões reveladoras da autoridade divina.

Há referência dentro dos profetas a outros autores proféticos que escreveram seus livros em época anterior. Daniel considerou o livro de Jeremias inspirado (Dn 9.2). Esdras reconheceu a autoridade divina de Jeremias (Ed 1.1), bem como a de Ageu e a de Zacarias (Ed 5.1). Numa passagem de grande importância, Zacarias refere-se à inspiração divina de Moisés e dos profetas que o precederam, dizendo que seus escritos eram “*palavras que o SENHOR dos Exércitos enviara pelo seu Espírito por intermédio dos primeiros profetas*” (Zc 7.12). Esses versículos eliminam toda a dúvida quanto ao fato de os livros que estão na seção das Escrituras judaicas conhecida como profetas apresentarem ou não a vindicação da inspiração divina.

A Inspiração dos Escritos

Esta última seção seria dividida posteriormente em profetas e escritos. Talvez essa divisão ocorresse com base na posição oficial do autor: era ele profeta por ocupação ou simplesmente pelo dom divino? Os que fossem profetas pelo dom se enquadrariam na categoria de escritos. Salmos, o primeiro livro dessa coleção, fora escrito em grande parte por Davi, que dizia que seus salmos lhe havia sido ditado – letra por letra – pelo Espírito (2Sm 23.1,2). Cântico dos Cânticos, Provérbios e Eclesiastes tradicionalmente são atribuídos a Salomão; seriam o registro da sabedoria que lhe fora concedido por Deus (1Rs 3.9,10). Provérbios contêm vindicações específicas da autoridade divina. Eclesiastes (12.13) e Jó (cap. 38) encerram-se com

uma declaração de serem ensino autorizado. O livro de Daniel baseia-se numa série de visões e sonhos oriundo da parte de Deus.

A INSPIRAÇÃO DO NOVO TESTAMENTO

Os apóstolos e profetas do Novo Testamento não hesitaram em classificar seus escritos como inspirados, ao lado do Antigo Testamento. Seus livros eram respeitados, colecionados e circulavam na igreja primitiva como Escrituras Sagradas.

A Promessa de Cristo Reivindicada pelos Discípulos

Os discípulos de Cristo não se esqueceram da promessa do Senhor. Eles pediram-lhe que seu ensino tivesse exatamente o que Jesus lhes havia prometido: a autoridade de Deus. Eles o fizeram de várias maneiras: dedicando-se ao que sabiam ser a continuação do ministério de ensino de Cristo, crendo fervorosamente que seus ensinos teriam a mesma autoridade e poder do Antigo Testamento e afirmando de modo específico em seus escritos que eles tinham a autoridade de Deus.

A afirmação de estarem dando prosseguimento ao ensino de Cristo. Lucas afirma ter apresentado um relato exato de “*tudo o que Jesus começou, não só a fazer, mas também a ensinar*” em seu evangelho. Ele dá a entender que Atos registra o que Jesus continuou a fazer e ensinar mediante seus apóstolos (At 1.1; cf. Lc 1.3,4). Na realidade, segundo consta, a primeira igreja se caracterizava pela devoção ao ensino dos apóstolos (At 2.42). Até mesmo os ensinos de Paulo, que se baseavam nas revelações diretas de Deus (Gl 1.11,12), estavam sujeitos à aprovação dos apóstolos (At 15). A própria igreja do Novo Testamento, como se sabe, foi edificada “sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas [do Novo Testamento]” (Ef 2.20; cf 3.5).

Em suma, Cristo prometeu que todo o ensino apostólico seria dirigido pelo Espírito Santo. Os livros do Novo Testamento são o único registro autêntico que temos do ensino apostólico. Daí decorre que só o Novo Testamento pode reivindicar para si o título de registro autorizado dos ensinos de Cristo.

Comparação entre o Novo e o Antigo Testamento. A promessa de Cristo de que inspiraria os ensinamentos dos apóstolos e o cumprimento de tal promessa nos escritos do Novo Testamento não são os únicos indícios de sua inspiração. Outro indício é sua comparação direta com o Antigo Testamento. Paulo reconhecia claramente a inspiração do Antigo Testamento (2Tm 3.16), ao chamá-lo de “Escrituras”. Pedro classificou as cartas de Paulo ao lado das demais “Escrituras” (2Pe 3.16). E Paulo menciona o evangelho de Lucas, chamando-o “Escrituras” (1Tm 5.18, citando Lc 10.7). Na verdade, em outra passagem, o apóstolo atribui a seus próprios escritos à mesma autoridade das “Escrituras” (1Tm 4.11,13).

De fato, Pedro escreveu que os escritos proféticos advieram mediante inspiração divina (2Pe 1.21), e os escritos do Novo Testamento reivindicam claramente a condição de proféticos. João chama a seu livro profecia e se classifica entre os profetas (Ap 22.18).

Reivindicação direta de inspiração nos livros do Novo Testamento. No próprio texto dos livros do Novo Testamento há numerosos indícios de sua autoridade divina. São eles explícitos e implícitos. Os evangelhos apresentam-se como registros autorizados do cumprimento das profecias do Antigo Testamento a respeito de Cristo (Mt 1.22; 2.15,17; Mc 1.2). Lucas escreveu a fim de o leitor poder saber a verdade acerca de Cristo, “*fatos que entre nós se cumpriram, segundo nos transmitiram os mesmos que os presenciaram desde o princípio, e foram ministros da palavra*” (Lc 1.1,2). João escreveu seu evangelho para que os homens cressem: “... *para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome*” (Jo 20.31). E o apóstolo acrescenta que seu testemunho é verdadeiro (Jo 21.24).

Todas as cartas de Paulo, de Romanos até Filemom, reivindicam inspiração divina. Em Romanos, Paulo comprova sua vocação divina para o apostolado (Rm 1.1-3). O apóstolo encerra sua carta com a afirmação de que se trata de texto profético (Rm 16.25,26). Paulo no final de 1Coríntios diz: “... *as coisas que vos*

escrevo são mandamentos do Senhor” (1Co 14.37). Gálatas nos apresentam a mais forte defesa que Paulo faz de suas credenciais divinas. Ao falar da revelação a ele feita do evangelho da graça, ele escreveu: “... não o recebi, nem aprendi de homem algum, mas pela revelação de Jesus Cristo” (Gl 1.12). Em Éfesios, o apóstolo declara também: “Como me foi este mistério manifestado pela revelação, como antes um pouco vos escrevi” (Ef 3.3). A Primeira Carta aos Tessalonicenses encerra-se com esta admoestação: “Pelo Senhor vos conjuro que esta epístola seja lida a todos os santos irmãos” (1Ts 5.27). Anteriormente, o apóstolo havia lembrado a esses irmãos “... havendo recebido de nós a palavra da pregação de Deus, a recebestes, não como palavra de homens, mas (segundo é, na verdade), como palavra de Deus...” (1Ts 2.13). A Segunda Carta aos Tessalonicenses também termina com a exortação: “Mas, se alguém não obedecer à nossa palavra por esta carta, notai o tal, e não vos mistureis com ele, para que se envergonhe” (2Ts 3.14).

Hebreus 2.3,4 deixa bem evidente que este livro – seja quem for o autor – baseia-se na autoridade de Deus outorgada aos apóstolos. O autor admoesta: “Rogo-vos, porém, irmãos, que suporteis a palavra desta exortação; porque abreviadamente vos escrevi” (Hb 13.22). A Segunda Carta de Pedro originou-se de “Simão Pedro, servo e apóstolo de Jesus Cristo”, lembrando aos leitores que o “mandamento do Senhor e Salvador, dão mediante os vossos apóstolos” tem a mesma autoridade das predições dos profetas do Antigo Testamento (2Pe 3.2).

A leitura pública dos livros do Novo Testamento. Era costume judaico ler as Escrituras no sábado (Lc 4.16). A igreja deu continuidade a esse costume no dia do Senhor. Paulo admoestou a Timóteo a que persistisse “em ler, exortar e ensinar” (1Tm 4.13). E aos Colossenses Paulo escreveu: “E, quando esta epístola tiver sido lida entre vós, fazei que também o seja na igreja dos laodicenses, e a que veio de Laodiceia lede-a vós também” (Cl 4.16). A leitura em público dessas cartas como Escrituras Sagradas é prova de sua aceitação desde o início, pela igreja do Novo Testamento, por terem autoridade divina.

A circulação dos livros do Novo Testamento. O texto de Colossenses mencionado acima revela outro fato muito importante. Os livros escritos para uma igreja tencionavam ser de valor para outras igrejas também, e por isso circulavam para leitura pública. É possível que essa prática de intercambiar os livros inspirados induziu os líderes da igreja a produzir as primeiras cópias do Novo Testamento. Essa ampla circulação de cartas mostra que outras igrejas, além daquela que originalmente fora à destinatária, reconhecia tais cartas como Sagradas Escrituras e assim as liam.

AS CARACTERÍSTICAS DA CANONICIDADE

A palavra *cânon* deriva do grego *kanōn* (“cana, régua”), que, por sua vez, se origina do hebraico *kaneh*, palavra do Antigo Testamento que significa “vara ou cana de medir” (Ez 40.3). Mesmo em época anterior ao Cristianismo, essa palavra era usada de modo mais amplo, com o sentido de padrão ou norma, além de cana ou unidade de medida. O Novo Testamento emprega o termo em sentido figurado, referindo-se a padrão ou regra de conduta (Gl 6.16).

Os Princípios de Descoberta da Canonicidade

Nunca deixaram de existir falsos livros e falsas mensagens. Por representar ameaça constante, faz-se necessário que o povo de Deus revisse cuidadosamente sua coleção de livros sagrados. Até mesmo os livros aceito por outros crentes ou em tempos anteriores foram posteriormente questionados pela igreja. São discerníveis cinco critérios básicos, presentes no processo como um todo:

- 1) O livro é autorizado – afirma vir da parte de Deus?
- 2) É profético – foi escrito por um servo de deus?
- 3) É digno de confiança – fala a verdade de Deus, do homem, etc.?
- 4) É dinâmico – possui o poder de Deus que transforma vidas?
- 5) É aceito pelo povo de Deus para o qual foi originalmente escrito – é reconhecido como proveniente de Deus?

A autoridade de um livro. Cada livro da Bíblia traz uma reivindicação de autoridade divina. Com frequência a expressão categórica “assim diz o Senhor” está presente. Às vezes o tom e as exortações revelam sua origem divina. Sempre existe uma declaração divina. Se faltasse a um livro a autoridade de Deus, esse era considerado não-canônico, não sendo incluído no cânon sagrado. Por exemplo, se algum livro não tivesse a afirmação como “assim diz o senhor” ou “a palavra do Senhor vinha a mim” este livro era rejeitado. É o caso do livro dos Justos e do livro das Guerras do Senhor. Outros livros foram questionados e desafiados quanto à sua autoridade divina, mas por fim foram aceitos no cânon. É o caso de Ester, que, só foi aceito, depois de comprovarem a proteção de Deus. Na verdade, o simples fato de alguns livros canônicos serem questionados quanto à sua legitimidade é uma segurança de que os crentes usavam seu discernimento. Se os crentes não estivessem convencidos da autoridade divina de um livro, este era rejeitado.

A autoridade profética de um livro. Os livros proféticos só foram, produzidos pela atuação do Espírito Santo, que moveu alguns homens conhecidos como profetas (2Pe 1.20,21). A Palavra de Deus só foi entregue a seu povo mediante os profetas de Deus. Todos os autores bíblicos tinham um dom profético, ainda que tal pessoa não fosse profeta por ocupação (Hb 1.1).

Paulo exorta o povo de Deus em Gálatas, dizendo que suas cartas deveriam ser aceitas porque ele era apóstolo de Cristo. Suas cartas não foram produzidas por um homem comum, mas por um apóstolo; não “por homem algum, mas por Jesus Cristo, e por Deus Pai, que o ressuscitou dentre os mortos” (Gl 1.1). Suas cartas deviam ser acatadas porque eram apostólicas – saíram de um porta-voz de Deus, ou profeta de Deus. Todos os livros deveriam ser rejeitados caso não proviessem de profetas nomeados por Deus; essa era a advertência de Paulo. Os crentes não deviam aceitar livros de alguém que falsamente afirmavam ser apóstolo de Cristo (2Ts 2.2), conforme advertência de Paulo também em 2Co 11.13 a respeito dos falsos profetas. As advertências de João sobre os falsos messias e para que

os crentes provassem os espíritos enquadram-se nessa mesma categoria (1Jo 2.18,19; 4.1-3).

A confiabilidade de um livro. Outro sinal característico da inspiração é o ser um livro digno de confiança. Todo e qualquer livro que contenha erros factuais ou doutrinários (segundo o julgamento de revelações anteriores) não pode ter sido inspirado por Deus. Deus não pode mentir; as palavras do Senhor só podem ser verdadeiras e coerentes.

Grande parte dos apócrifos foi rejeitada por causa do princípio da confiabilidade. Suas anomalias históricas e heresias teológicas os rejeitaram; seria impossível aceitá-los como vindos de Deus, a despeito de sua aparência de autorizados. Não podiam vir de Deus e ao mesmo tempo apresentar erros.

A natureza dinâmica de um livro. O quarto teste de canonicidade, às vezes menos explícito do que alguns dos demais, era a capacidade do texto de transformar vidas: "... a palavra de Deus é viva e eficaz..." (Hb 4.12). O resultado é que ela pode ser usada "para ensinar, para redargüir, para corrigir, para instruir em justiça" (2Tm 3.16).

A aceitação de um livro. A marca final de um documento escrito autorizado é o seu reconhecimento pelo povo de Deus ao qual originalmente se havia destinado. A Palavra de Deus, dada mediante seus profetas e contendo sua verdade, deve ser reconhecida pelo seu povo. Gerações posteriores de crentes procuraram constatar esse fato. É que, se determinado livro fosse recebido, coligido e usado como obra de Deus, pelas pessoas a quem originalmente se havia destinado, ficava comprovada a sua canonicidade.

O DESENVOLVIMENTO DO CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO

Os Três Passos Mais Importantes no Processo de Canonização

Há três elementos básicos no processo genérico de canonização da Bíblia: a inspiração de Deus, o reconhecimento da

inspiração pelo povo de Deus e a coleção dos livros inspirados pelo povo de Deus.

Inspiração de Deus. Foi Deus quem deu o primeiro passo no processo de canonização, quando de início inspirou o texto. Assim, a razão mais fundamental por que existem 39 livros no Antigo Testamento é que só esses livros, nesse número exato, é que foram inspirados por Deus.

Reconhecimento pelo povo de Deus. Uma vez que houvessem autorizado e autenticado um documento, os homens de Deus o reconheciam. Esse reconhecimento ocorria de imediato, pela comunidade a que o documento fora destinado originalmente. A partir do momento que o livro fosse copiado e circulado, com credências da comunidade de crentes, passava a pertencer ao cânon. A igreja universal, mais tarde, viria a aceitar esse livro em seu cânon cristão. Os escritos de Moisés foram aceitos e reconhecidos em seus dias (Êx 24.3), como também os de Josué (Js 24.26,27), os de Samuel (1Sm 10.25) e os de Jeremias (Dn 9.2). Esse reconhecimento seria confirmado também pelos crentes do Novo Testamento, e principalmente por Jesus (Lc 24.44).

Coleção e preservação pelo povo de Deus. O povo de Deus entesourava a Palavra de Deus. Os escritos de Moisés foram preservados pelos sacerdotes e pelos anciãos (Dt 31.9). As palavras de Samuel foram colocadas “num livro, e o pôs perante o Senhor” (1Sm 10.25). Daniel tinha uma coleção dos “livros” nos quais se encontravam “a lei de Moisés” e os “profetas” (Dn 9.2,6,13). Esdras possuía cópias da lei de Moisés e dos profetas (Ne 9.14,26-30).

A EXTENSÃO DO CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO

Os Livros Aceitos por Todos – *Homologoumena*

A canonicidade de alguns livros jamais foi desafiada por nenhum dos grandes rabinos da comunidade judaica. Desde que alguns livros foram aceitos pelo povo de Deus como documentos

produzidos pela mão dos profetas de Deus, continuaram a serem reconhecidos como detentores de inspiração e de autoridade divina pelas gerações posteriores. Trinta e quatro dos 39 livros do Antigo Testamento podem ser classificados como “homologoumena”. Os cinco excluíveis seriam Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Ester, Ezequiel e Provérbios.

Os Livros Rejeitados por Todos – *Pseudepígrafos*

Grande número de documentos religiosos espúrios que circulavam entre a antiga comunidade judaica são conhecidas como “pseudepígrafos”. Nem tudo é falso nesses escritos. De fato, a maior parte desses documentos surgiu de dentro de um contexto de fantasia ou tradição religiosa, possivelmente com raízes em alguma verdade. As tradições especulativas a respeito do patriarca Enoque, por exemplo, sem dúvida são a raiz do livro de Enoque. Essa especulação não significa que não exista verdade nenhuma nos *pseudepígrafos*. Ao contrário, o Novo Testamento refere-se a verdades implantadas nesses livros (Jd 14,15) e chega a aludir as penitências de Janes e Jambres (2Tm 3.8).

Os Livros Questionados por Alguns – *Antilegomena*

A canonicidade de cinco livros do Antigo Testamento foi questionada numa ou noutra época por algum mestre do judaísmo: Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Ester, Ezequiel e Provérbios. Cada um deles tornou-se controvertido por razões diferentes; todavia, no fim prevaleceu à autoridade divina de todos os cinco livros.

Cântico dos Cânticos. Alguns estudiosos da escola de Shammai consideravam esse cântico *sensual* em sua essência. Quaisquer que tenham sido as dúvidas voltadas para o alegado caráter sensual do Cântico dos Cânticos, foram mal orientadas. É muito mais provável que a pureza e a nobreza do casamento façam parte do propósito essencial desse livro. Sejam quais forem às questões levantadas a respeito das várias interpretações, não se deve prevalecer nenhuma dúvida concernente à inspiração desse livro, desde que seja visto da perspectiva espiritual correta.

Eclesiastes. A objeção que às vezes é atirada contra esse livro é que ele parece *cético*. Alguns até tem chamado *O cântico do ceticismo*. Não resta a menor dúvida a respeito do tom às vezes cético do livro: “Vaidade de vaidade [...] tudo é vaidade! [...] nada há novo debaixo do sol [...] na muita sabedoria há muito enfado; o que aumento o conhecimento aumenta a tristeza” (Ec 1.2,9,18). A conclusão e o ensino desse livro estão longe de ser cético. Tanto no que se refere ao *Eclesiastes* como ao *Cântico dos Cânticos*, o problema básico é de interpretação do texto, e não de canonização ou inspiração.

Ester. Em vista da ausência do nome de Deus nesse livro, alguns pensaram que ele não fosse inspirado. Mas a ausência do nome de Deus é compensada pela presença de Deus na preservação do seu povo. Ester e as pessoas que a cercavam eram devotas: prescreveu-se um jejum religioso, e Ester exerceu grande fé (Et 4.16). o fato de Deus haver concedido grande livramento, como narra o livro, serve de fundamento e razão da festa do Purim (Et 9.26-28). Basta esse fato para demonstrar a autoridade atribuída ao livro dentro do judaísmo.

Ezequiel. Havia pessoas dentro da escola rabínica que pensavam que o livro de Ezequiel era antimosaico em seu ensino. A escola de Shammai, por exemplo, achava que o livro não estava em harmonia com a lei mosaica, e que os dez primeiros capítulos exibiam uma tendência para o gnosticismo. No entanto não se verificaram contradições reais em relação a *Torá*. Parece que outra vez teria sido mera questão de interpretação, e não de inspiração.

Provérbios. A objeção a *Provérbios* centrava-se no fato de alguns dos ensinamentos do livro parecem incompatíveis com outros provérbios (por exemplo: Pv 26.4,5). A frase qualificativa que indica se alguém deveria ou não responder a um tolo revela que as situações que exigem reações diferentes também são diferentes. Não existe contradição em *Provérbios* 26, nenhuma contradição ficou demonstrada em nenhuma outra passagem de *Provérbios*, e, por isso, nada atravanca o caminho da canonicidade.

Os Livros Aceitos por Alguns – Apócrifos

O âmbito mais crucial de desacordo a respeito do cânon do Antigo Testamento entre os cristãos é o debate sobre os chamados livros apócrifos. Em suma: esses livros são aceitos pelos católicos romanos como canônicos e rejeitados por protestantes e judeus. Na realidade, os sentidos da palavra *apocrypha* refletem o problema que se manifesta nas duas concepções de sua canonicidade. No grego clássico, a palavra *apocrypha* significava “oculto” ou “difícil de entender”. Posteriormente tomou o sentido de *esotérico*, ou algo que só os iniciados podem entender, não os de fora. Pela época de Irineu e Jerônimo (séculos III e IV), o termo *apocrypha* veio a ser aplicado aos livros não-canônicos do Antigo Testamento, mesmos aos que foram aplicados previamente como “pseudepígrafos”. Desde a era da Reforma, essa palavra tem sido usada para denotar os escritos judaicos não-canônicos originários do período intertestamentário. A questão diante de nós é a seguinte: verificar se os livros eram escondidos a fim de ser preservado, porque sua mensagem era profunda e espiritual ou porque eram espúrios e de confiabilidade duvidosa.

Natureza e Número dos Apócrifos do Antigo Testamento

Há quinze livros chamados apócrifos (catorze se a *Epistola de Jeremias* se unir a *Baruque*, como ocorre nas versões católicas de Douai). Com exceção de 2 *Esdras*, esses livros preenchem as lacunas existentes entre Malaquias e Mateus e compreendem especificamente dois ou três séculos antes de Cristo.

Argumento em Prol da Aceitação dos Apócrifos do Antigo Testamento

Os livros apócrifos do Antigo Testamento têm recebido diferentes graus de aceitação pelos cristãos. A maior parte dos protestantes e dos judeus aceitam que tenham valor religioso e mesmo histórico, sem terem, contudo, autoridade canônica. Os católicos romanos desde o Concílio de Trento têm aceitado esses livros como canônicos, porém esses livros são usados para dar apoio

a doutrinas extrabíblicas, tendo sido proclamados como livros de inspiração divina no Concílio de Trento.

Razão por que se Rejeita a Canonicidade dos Apócrifos

Os oponentes dos livros apócrifos têm apresentado muitas razões para excluí-los do rol dos livros canônicos.

1. *A autoridade do Novo Testamento.* O Novo Testamento jamais cita um livro apócrifo indicando-o como inspirado. As alusões a tais livros não lhe emprestam autoridade, assim como a alusões neotestamentárias a poetas pagãos não lhes conferem inspiração divina. Josefo, historiador judeu, rejeita expressamente os apócrifos, relacionando apenas 22 livros canônicos.
2. *A tradução da Septuaginta.* O fato de a *Septuaginta* conter os apócrifos apenas comprova que os judeus alexandrinos traduziram os demais livros religiosos judaicos do período intertestamentário ao lado dos livros canônicos. A Palestina era o lar do cânon judaico, jamais a Alexandria, no Egito. O grande centro grego do saber, no Egito, não tinha autoridade para saber com precisão que livros pertenciam ao Antigo testamento judaico. Alexandria era o lugar de tradução, não de canonização. Filo, o judeu alexandrino, rejeitou com toda a clareza a canonicidade dos apócrifos, no tempo de Cristo, assim como o judaísmo oficial em outros lugares e épocas.
3. *A Bíblia cristã primitiva.* Os mais antigos manuscritos gregos da Bíblia datam do século IV. Seguem a tradição da LXX, que contém os apócrifos. Como foi observado acima, era uma tradução grega, e não o cânon hebraico. Jesus e os escritores do Novo Testamento quase sempre fizeram citações da LXX, mas jamais mencionaram um livro sequer dentre os apócrifos.

Conclusão

Com efeito, quando examinados segundo os critérios elevados de canonicidade verificamos que:

1. Os apócrifos não reivindicam serem proféticos.
2. Não detém a autoridade de Deus.
3. Contém erros históricos (*Tobias* 1.3-5; 14.11) e graves heresias teológicas, como a oração pelos mortos (*2Macabeus* 12.45[46]; 4).
4. Embora seu conteúdo tenha algum valor para edificação nos momentos devocionais, na maior parte se trata de texto repetitivo; são textos que já se encontram nos livros canônicos.

5. Há evidente ausência de profecia, o que não ocorre nos livros canônicos.
6. Os apócrifos nada acrescentam ao nosso conhecimento das verdades messiânicas.
7. O povo de deus, a quem os apócrifos teriam sido originalmente apresentados, recusou-os terminantemente.

A EXTENSÃO DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO

Os Livros Aceitos por Todos – *Homologoumena*

Como o Antigo Testamento, a maioria dos livros do Novo foi aceita pela igreja logo de início, sem objeções. Tais livros foram chamados *homologoumena*, porque todos os pais da igreja se pronunciaram favoravelmente pela sua canonicidade. Os *homologoumena* aparecem em quase todas as principais traduções e cânones da igreja primitiva. Em geral, 20 dos 27 livros do Novo Testamento são *homologoumena*.

Os Livros Rejeitados por Todos – *Pseudepígrafos*

Durante os séculos II e III, numerosos livros espúrios e heréticos surgiram e receberam o nome de *pseudepígrafos*, ou escritos falsos. Eusébio os chamou livros “totalmente absurdos e ímpios”. Praticamente nenhum pai da igreja, nenhum cânon ou concílio declarou que um desses livros seriam canônicos.

Apenas citaremos alguns desses livros:

1. *O Evangelho de Tomé* (século I) é uma visão gnóstica dos supostos milagres da infância de Jesus.
2. *O Evangelho dos egípcios* (século II) é um ensino ascético contra o casamento, contra a carne e contra o vinho.
3. *O Passamento de Maria* (século IV) relata a assunção corporal de Maria e mostra os estágios progressivos da adoração de Maria.
4. *Os Atos de Pedro* (Século II) contém a lenda segundo a qual Pedro teria sido crucificado de cabeça para baixo.
5. *Os Atos de Paulo* apresentam um Paulo de pequena estatura, de nariz grande, de pernas arqueadas e calvo.

6. A *Carta perdida aos Coríntios* (século II, III) é falsificação baseada em 1Co 5.9, que se encontrou numa Bíblia Armênia do século V.

Os Livros Questionados por Alguns – Antilegomena

De acordo com o historiador Eusébio, houve sete livros cuja autenticidade foi questionada por alguns dos pais da igreja, e por isso ainda não haviam obtido reconhecimento universal por volta do século IV. Os livros objetos de controvérsia foram Hebreus, Tiago, 2Pedro, 2 e 3João, Judas e Apocalipse.

Hebreus. Foi basicamente a anonimidade do autor que suscitou dúvidas sobre Hebreus. Visto que o autor não se identifica e não afirma ter sido um dos apóstolos (Hb 2.3), o livro permaneceu sob suspeição entre os cristãos do Oriente, que não sabiam que os crentes do Ocidente o haviam aceitado como autorizado e dotado de inspiração. Além disso, o fato de os montanistas heréticos ter reconhecido a Hebreus em apoio a alguma de suas concepções errôneas fez demorar sua aceitação nos círculos ortodoxos. Por volta do século IV, no entanto, sob a influência de Jerônimo e de Agostinho, a carta aos Hebreus encontrou seu lugar permanente no cânon.

O fato de o autor da carta aos Hebreus ser anônimo deixou aberta à questão de sua autoridade apostólica. Com o passar do tempo, a igreja ocidental veio a aceitar que Hebreus era oriundo da pena de Paulo, o que evidentemente resolveu a questão. O teor do livro é claramente confiável, tanto quanto sua reivindicação de deter autoridade divina (cf. 1.1; 2.3,4; 13.22).

Tiago. A veracidade do livro de Tiago foi desafiada, tanto quanto sua autoria. Como no caso da carta aos Hebreus, o autor da carta atribuída a Tiago não afirma ser apóstolo. Os primeiros leitores e os que lhes seguiram puderam atestar que esse era Tiago do círculo apostólico, o irmão de Jesus (cf. At 15 e Gl 1). Todavia, a igreja ocidental não teve acesso a essa informação original. Também havia o problema ao ensino da justificação e das obras, conforme Tiago o

apresenta. O aparente conflito entre seu ensino e o de Paulo, sobre a justificação pela fé, representou um peso contra a carta de Tiago.

Tiago não diz que a justificação é pelas obras, ele diz que “a fé sem obras é morta” (Tg 2.26). Da mesma forma, o apóstolo Paulo, após dizer que somos salvos pela fé, diz que fomos criados em Cristo para praticar boas obras (Ef 2.8-10). O que Paulo e Tiago dizem é que não somos salvos pelas obras, mas para as obras.

Segunda carta de Pedro. Nenhuma outra carta do Novo Testamento ocasionou maiores dúvidas do que 2Pedro. Jerônimo afirmou que a hesitação em aceitá-la como obra autêntica do apóstolo Pedro deveu-se à dessemelhança de estilo com a primeira carta do apóstolo. Há algumas diferenças notáveis de estilo entre as duas cartas de Pedro, mas, não obstante os problemas lingüísticos e históricos, há mais do que amplas razões para que aceitemos 2Pedro como livro canônico. As diferenças de estilo podem ser explicadas facilmente, por causa do emprego de um escriba em 1Pedro, o que não ocorreu em 2Pedro (1Pe 5.12).

1 e 2João. As duas cartas mais curtas de João também foram alvos de questionamento quanto à autenticidade. O escritor se identifica apenas como “o presbítero”; por causa dessa anonimidade e de sua circulação limitada, as cartas não gozaram de ampla aceitação. A semelhança de estilo e em mensagem com 1Jo, que havia sido amplamente aceita, mostrou ser óbvio que as outras duas vieram do apóstolo João também. Quanto ao termo “*presbítero*” (ancião) era usado como título pelos demais apóstolos (1Pe 5.1), pelo fato de denotar o cargo que ocupavam (At 1.20), enquanto apostolado designava o dom que havia recebido (Ef 4.11).

Judas. A confiabilidade desse livro foi questionada por alguns. A maioria da contestação centrava-se nas referências ao livro pseudepigráfico de Enoque (Jd 14,15) e uma possível referência ao livro *Assunção de Moisés* (Jd 9). As citações pseudepigráficas têm uma explicação, a qual se valoriza muito pelo fato de tais citações

não serem essencialmente diferentes das citações feitas por Paulo de poetas não-cristãos (At 17.28; 1Co 15.33; Tt 1.12).

Apocalipse. A doutrina do quiliasmo (milenarismo) achado em Apocalipse 20 foi o ponto central da controvérsia. A controvérsia chegou até fins do século IV. É de estranhar, contudo, que o apocalipse tenha sido um dos primeiros livros a ser reconhecido entre os escritos dos primeiros pais da igreja. Dionísio, o bispo de Alexandria, levantou sua voz influente contra o livro de Apocalipse, em meados do século III. Mas essa influência se desvaneceu quando Atanásio, Jerônimo e Agostinho ergueram-se em defesa do Apocalipse. A partir do momento em que se tornou evidente que o livro do Apocalipse estava sendo mal usado pelas seitas heréticas, embora houvesse saído das penas do apóstolo João (Ap 1.4; 22.8,9), e não dentre os hereges, assegurou-se o lugar definitivo desse livro no cânon sagrado.

Os Livros Aceitos por Alguns – Apócrifos

Haviam sido aceitos por um número limitado de cristãos, durante um tempo limitado, mas nunca receberam um conhecimento amplo ou permanente. Há diversas razões por que são importantes, e faziam parte das bibliotecas devocionais e homiléticas das igrejas primitivas:

- 1) Revelam os ensinamentos da igreja do século II;
- 2) Fornecem documentação da aceitação dos 27 livros canônicos do Novo Testamento;
- 3) Fornecem outras informações históricas a respeito da igreja primitiva, no qual concerne à sua doutrina e liturgia.

Os Apócrifos do Novo Testamento

Epístola do Pseudo-Barnabé (c. 70-79). Foi mencionada como Escrituras tanto por Clemente de Alexandria como por Orígenes. Seu estilo é semelhante aos hebreus, mas seu conteúdo é mais alegórico. O autor da carta é leigo que não reivindica autoridade divina (cap. 1), e obviamente não é o Barnabé que se nomeia entre os apóstolos do Novo Testamento (At 14.14).

Epístola ao coríntios (c. 96). De acordo com Dionísio, de Corinto, essa carta de Clemente de Roma havia sido lida publicamente em Corinto e em outros lugares. Provavelmente o autor teria sido o Clemente mencionado em Filipenses 4.3, mas a carta não reivindica inspiração divina. O apócrifo *Livro da Sabedoria* é mencionado como Escritura no capítulo 27. o tom da carta é evangélico, mas seu espírito é indubitavelmente subapostólico. Nunca houve ampla aceitação desse livro, e a igreja jamais o reconheceu como canônico.

O pastor, de Hermas (c. 15-140). Foi o livro não-canônico mais popular da igreja primitiva. Eusébio relata que esse livro era lido publicamente nas igrejas e usado para instrução da fé. *O pastor*, de Hermas, é a grande alegoria cristã e à semelhança de *O peregrino*, de John Bunyan. *O pastor* tem valor ético e devocional, mas nunca foi reconhecido pela igreja como canônico.

Apocalipse de Pedro (c. 150). É mencionado por Clemente da Alexandria. Suas imagens vividas do mundo espiritual exerceram forte influência no pensamento medieval, de que derivou o *Inferno*, de Dante. A igreja universal nunca o reconheceu como canônico.

Atos de Paulo e de Tecla (170). Se despido de seus elementos mitológicos, trata-se da história de Tecla, senhora proveniente de Icônio, supostamente convertida pelo ministério de Paulo segundo consta em Atos 14.1-7. Muitos estudiosos acreditam que esse livro traga uma tradição genuína, mas a maioria inclina-se a concordar com Adolf Von Harnack em que o livro contém “forte dose de ficção e pouquíssima verdade”. Essa obra jamais chegou perto de obter reconhecimento canônico.

Carta aos laodicensens (séc. IV?). É obra forjada a qual aparece em muitas Bíblias do século VI ao XV. Esse livro combina-se com o fato de haver um livro com o mesmo título, mencionado em Colossenses 4.16, resultando em tal obra vir a aparecer muito tarde nos círculos cristãos. Jamais teve reconhecimento canônico.

Epístola de Policarpo aos filipenses (c. 108). Policarpo, discípulo do apóstolo João e mestre de Irineu, constitui elo importante com os apóstolos do século I. Policarpo não advogou inspiração divina para sua obra; disse que apenas as coisas que havia aprendido com os apóstolos. Embora a carta de Policarpo não seja canônica, é fonte valiosa de informações a respeito de outros livros do Novo Testamento que ele próprio cita como canônicos.

Ainda há outros livros como *Homilia antiga*, ou *Segunda epístola de Clemente*; *O didaquê*, ou *Ensino dos doze apóstolos*; *Evangelho segundo os hebreus*; *Sete epístolas de Inácio*; etc.

OS PRINCIPAIS MANUSCRITOS DA BÍBLIA

Os Manuscritos do Antigo Testamento

Os antigos manuscritos do Antigo Testamento são o material de trabalho básico usado para examinar o texto original da Bíblia com o maior grau de exatidão possível

O Texto Massorético

É o texto da Bíblia hebraica mais completo que existe. Forma a base para nossas modernas Bíblias hebraicas e é o protótipo pelo qual todas as comparações são feitas no estudo textual do Antigo Testamento. É chamado massorético porque, em sua presente forma, foi baseado na Massorá - Denominação do corpo de tradições referentes à correta grafia, estilo e leitura da Bíblia hebraica. Criado para impedir as modificações no texto bíblico. Os massoretas, cuja escola de erudição prosperou entre 500 e 1000 d.C., padronizaram o tradicional texto consonantal, adicionando pontos vocálicos e notas marginais (o antigo alfabeto hebraico não tinha vogais).

Os Rolos do Mar Morto

Essa grande descoberta ocorreu em março de 1947, quando um juvenzinho árabe (Muhammad adh-Dhib) estava perseguindo uma cabra perdida nas grutas, a doze quilômetros ao sul de Jericó e um e meio quilômetro a oeste do mar Morto. Numas das grutas ele

descobriu umas jarras que continham vários rolos de couro. Entre esse dia e fevereiro de 1956, onze grutas que continham rolos e fragmentos de rolos foram escavadas próximas a Qumran. Nessas grutas, os essênios, seita religiosa judaica que existiu por volta da época de Cristo, haviam guardado sua biblioteca. Somando tudo, os milhares de fragmentos de manuscritos constituíam os restos de seiscentos manuscritos.

Os Manuscritos do Novo Testamento

A integridade do Antigo Testamento foi confirmada em primeiro lugar pela fidelidade do processo de transmissão, posteriormente confirmada pelos rolos do mar Morto. Por outro lado, a fidelidade do texto do Novo Testamento baseia-se na multiplicidade de manuscritos existentes.

O Códice Sinaítico

Esse manuscrito foi descoberto por Constantino Von Tischendorf, no mosteiro de Santa Catarina, situado ao pé do monte Sinai. Data por volta de 350 d.C. contém todo o Novo Testamento e fornece um testemunho antigo e positivamente confiável aos autógrafos do Novo Testamento.

O Códice Vaticano

Esse manuscrito está na biblioteca do Vaticano desde pelo menos 1481, mas não ficou à disposição dos eruditos até meados do século XIX. Esse códice, de data ligeiramente anterior à do sinaítico, tem o Antigo e o Novo Testamento em grego, excetuando-se a última parte do Novo Testamento (Hb 9.15 ao fim de Ap) e as epístolas pastorais. Para a maioria dos casos, os eruditos recomendam o Códice Vaticano por se tratar de um dos testemunhos mais fiéis ao texto do Novo Testamento.

O Códice Alexandrino

Manuscrito do século V, apresentando quase todo o Novo Testamento. Foi rejeitado por quase todos os pais da igreja.

O Códice Bezae

Manuscrito do século V, designado segundo o nome de Teodoro Bezae, seu descobridor, contendo os evangelhos e o livro de Atos. Apresenta um texto inteiramente diferente dos manuscritos.

AS PRINCIPAIS TRADUÇÕES DA BÍBLIA

A Septuaginta (LXX)

A Septuaginta é a mais antiga tradução grega do Antigo Testamento, sendo o seu testemunho significativamente mais antigo que o do texto massorético. De acordo com a tradição, o Pentateuco da Septuaginta foi traduzido em Alexandria, Egito, por uma equipe de setenta e dois eruditos. A comunidade judaica no Egito falava o grego, e não hebraico; portanto, uma tradução grega do Antigo Testamento era necessária para aquela comunidade de judeus.

A Vulgata Latina

O nome “vulgata” significa que a tradução é comum a todos; porém, mais tarde, a versão ficou somente a mercê das autoridades católicas.

A pedido do papa Damaso I (366 a 384) em 382, Jerônimo começou a fazer revisão da versão latina. Em 385 foi para Belém, onde teve uma vida de monastério. De 390 a 405 Jerônimo traduziu a versão da Bíblia em latim conhecida como Vulgata Latina.

A tradução de Jerônimo foi rechaçada por muitas das mais importantes autoridades eclesiásticas. Entre esses críticos está Agostinho, que se pronunciara contra a tradução do Antigo Testamento, mas apoiava a tradução do Novo Testamento.

A Vulgata Latina só veio receber aceitação na igreja Católica no concílio de Trento (1545 – 1563).

A Bíblia de Wycliffe

João Wycliffe (1329-1384) e seus associados foram os primeiros a traduzir a Bíblia inteira do latim para o inglês. Wycliffe foi chamado de a “Estrela da Manhã da Reforma”, por ter questionado à autoridade do papa.

Wycliffe acreditava que o caminho para prevalecer em sua luta contra a autoridade abusiva da igreja Católica era tornar a Bíblia acessível a todos em sua própria língua. Desse modo, as pessoas poderiam ler a Bíblia por si mesmo, e, assim, cada uma das pessoas poderiam ter um relacionamento pessoal com Deus através de Jesus Cristo independente de qualquer autoridade eclesiástica. Wycliffe, com seus associados completaram o Novo Testamento por volta do ano de 1380 e o Antigo Testamento em 1382.

Depois de Wycliffe ter terminado a tradução da Bíblia para o inglês, organizou um grupo de paroquianos pobres conhecido como lolardos, para irem por toda a Inglaterra pregando as verdades cristãs.

A Bíblia de Tyndale

Willian Tyndale nasceu na época da Renascença. Quando completou trinta anos, Tyndale já havia entrega a tarefa de traduzir a Bíblia para o inglês. Tentou traduzir a Bíblia em Londres, mas por causa da perseguição, foi para Alemanha e, em 1525 completou o Novo Testamento. As autoridades da igreja Católica fizeram de tudo para confiscar os exemplares da tradução de Tyndale e queimá-los, mas não puderam conter a quantidade de fluxo de Bíblias da Alemanha para a Inglaterra. O próprio Tyndale não pôde mais retornar para a Inglaterra, porque sua vida estava correndo perigo desde que sua tradução fora proibida. Entretanto continuou a trabalhar no exterior – corrigindo, revisando e reeditando sua tradução, até que uma versão revista e definitiva foi publicada em 1535. Tyndale foi capturado no mesmo ano e foi levado à força para um castelo em Bruxelas. Depois de estar na prisão por mais de um ano, foi julgado e condenado à morte. Em 6 de outubro de 1536, foi estrangulado e queimado na fogueira, finalizando, assim, sua vida com essas palavras: “Senhor, abra os olhos do rei da Inglaterra”. No ano seguinte (1537) o rei da Inglaterra havia rompido todas as relações com o papa. A oração de Tyndale foi atendida.

A Bíblia de Genebra

Os ingleses exilados em Genebra, Suíça, escolheram Willian Whittinghan (1524-1579) para lhes fazer uma tradução em inglês do

Novo Testamento. Whittinghan usou a tradução latina de Teodoro Beza e consultou o texto grego. Essa Bíblia tornou-se muito popular, porque era pequena e de preço moderado. O prefácio de muitas anotações estava impregnado pelos ensinamentos de João Calvino. Calvino foi o principal líder de Genebra durante sua época. Porém, muitos líderes da igreja da Inglaterra não a aceitavam, por causa das notas de Calvino.

A King James Version (Versão do Rei Tiago)

Um dos líderes puritanos, João Reynolds, reitor da Universidade de Corpus Christi, Oxford, pediu ao rei Tiago VI (em inglês, James VI) que autorizasse a execução de uma nova tradução, porque desejava ter uma tradução que fosse mais que as então existentes. O rei Tiago gostou da idéia porque considerava sediciosas as notas da Bíblia de Genebra. O rei iniciou o trabalho tomando parte ativa no planejamento da nova tradução. Sugeriu que professores universitários trabalhassem na tradução para garantir a melhor cultura possível e exortou que não haveria nenhuma nota marginal, senão àqueles pertinentes às expressões textuais do hebraico e do grego.

Mais de cinquenta eruditos ilustrados em grego e hebraico começaram o trabalho em 1607.

A *King James Version*, conhecida na Inglaterra por *Authorized Version*, porque foi autorizada pelo rei, concentrou o que havia de melhor em todas as traduções inglesas que a precederam e em muito excedeu a todas elas.

De fato, a *King James Version* constituiu-se em um permanente monumento da prosa inglesa, por causa de seu estilo gracioso, linguagem majestosa e ritmos poéticos. Decididamente nenhum outro livro tem exercido tanta influencia na literatura inglesa e nenhuma outra tradução tem tocado as vidas de tantas pessoas de fala inglesa por tanto tempo até os dias de hoje.

A Tradução de Almeida

João Ferreira de Almeida nasceu em 1628 na localidade de Tavares, perto de Lisboa. Foi o autor da grandiosa tarefa de traduzir pela primeira vez em português a Bíblia inteira.

Conhecedor do hebraico e do grego, Almeida pôde utilizar-se de manuscritos nessas línguas, baseando sua tradução no *Textus Receptus*.

Em 1676, João Ferreira de Almeida concluiu a tradução do Novo Testamento. Após a tradução do Novo Testamento, Almeida iniciou a tradução do Antigo Testamento, e ao falecer, em 6 de agosto de 1691 havia traduzido até Ezequiel 41.21. Em 1748, o pastor Jacobus op den Akker, da Batávia, retomou o trabalho interrompido por Almeida, e cinco anos depois, em 1753, concluiu o trabalho. A primeira edição completa da Bíblia de Almeida em português surgiu em 1819.

A Tradução de Figueiredo

Antônio Pereira de Figueiredo nasceu em 14 de fevereiro de 1725 em Tomar, próxima a Lisboa. Figueiredo preparou a primeira tradução da Bíblia inteira baseada na Vulgata Latina. A primeira tradução do Novo Testamento saiu em 1778. Em 1819 completou a tradução da Bíblia inteira.

Figueiredo incluiu em sua tradução os chamados livros apócrifos que o Concílio de Trento havia acrescentado aos livros canônicos. Esse fato contribuiu para que sua Bíblia seja ainda hoje muito apreciada pelos católicos romanos de fala portuguesa. Porém, por não conhecer as línguas originais e ter-se baseado tão somente na Vulgata, sua tradução não tem suplantado em preferência o texto de Almeida.

A Tradução de Matos Soares

Coube ao padre Matos Soares, realizar a tradução mais popular da Bíblia entre os católicos na atualidade. Publicada em 1930 e baseada na Vulgata, recebeu apoio papal em 1932 através documento pelo Vaticano. Quase metade dessa tradução contém notas explicativas dos textos, defendendo os dogmas da Igreja Romana.